

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O NOVO ENQUADRAMENTO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (PLP 108/21)

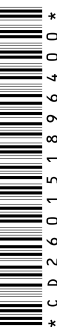
REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026.
(Do Sr. BETO RICHA)

Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a “Modernização do regime do Microempreendedor Individual e seus impactos econômicos e regulatórios”.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e discutir sobre a “**Modernização do regime do Microempreendedor Individual e seus impactos econômicos e regulatórios**”, com a participação das seguintes entidades:

1. **Representante do MEMP** - Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
2. **Representante da FACIAP** - Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná;
3. **Representante do SEBRAE Nacional** - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
4. **Representante da FENACON** - Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas;
5. **Representante da CACB** - Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil.



JUSTIFICAÇÃO:

A presente audiência pública tem por objetivo promover debate técnico e institucional acerca da modernização do regime jurídico do Microempreendedor Individual (MEI) e de seus impactos econômicos, tributários e regulatórios no atual cenário brasileiro.

O regime do MEI consolidou-se como importante instrumento de formalização econômica, inclusão produtiva e estímulo ao empreendedorismo, permitindo que milhões de brasileiros passassem a exercer suas atividades de forma regularizada, com acesso facilitado à previdência social, emissão de notas fiscais e inserção no ambiente empresarial formal.

Entretanto, as transformações econômicas, tecnológicas e tributárias observadas nos últimos anos demonstram a necessidade de constante aperfeiçoamento do modelo, especialmente diante das discussões relacionadas à simplificação regulatória, à atualização dos critérios de enquadramento, à transição para outros regimes empresariais e aos impactos decorrentes da Reforma Tributária.

Nesse contexto, torna-se fundamental promover debate qualificado com representantes do poder público, do setor produtivo, das entidades de apoio ao empreendedorismo, do segmento contábil e da administração tributária, a fim de avaliar os impactos econômicos, regulatórios e tributários relacionados à modernização do regime do Microempreendedor Individual.

A discussão mostra-se especialmente relevante diante da importância econômica e social exercida pelos microempreendedores individuais, responsáveis pela geração de renda, estímulo à atividade econômica local e ampliação da formalização no país.

Além disso, o atual cenário legislativo e tributário exige reflexão aprofundada acerca da preservação da simplicidade operacional do regime, da segurança jurídica dos empreendedores e da necessidade de compatibilização entre desburocratização, desenvolvimento econômico e eficiência arrecadatória.



Dessa forma, a realização da presente audiência pública contribuirá para o aprimoramento do debate legislativo e para a construção de soluções modernas, equilibradas e compatíveis com a realidade dos microempreendedores brasileiros.

Em razão da relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das comissões em de 2026.

Deputado Beto Richa – PSDB/PR

Apresentação: 27/05/2026 13:09:38.273 - PLP10821

REQ n.12/2026

